JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2024.02.27 06:03:19 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 27 de fevereiro de 2024 • Nº 1750 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

2ª Catequese Quaresmal – -Jejum

PÁGINA 4

TERCEIRO TRIMESTRE

Americanas tem prejuízo de R$ 1,621 bi

A Americanas anunciou ontem, os esperados números de 2023 da rede de varejo, após dois adiamentos. A empresa anunciou prejuízo de R$ 1,621 bilhão no terceiro trimestre, 17,8% menor do que a perda de R$ 1,972 bilhão um ano antes, número já corrigido em relação aos R$ 212 milhões de prejuízo que originalmente a empresa tinha anunciado.

Nos nove primeiros meses de 2023, a Americanas acumulou prejuízo de R$ 4,611 bilhões, queda de 23,5%. "O ano de 2023 foi, sem dúvida, o mais desafiador da história da Americanas, não só pela magnitude da fraude revelada, mas pela necessidade de reconstrução que se apresentou", comenta a administração da rede de varejo no balanço. PÁGINA 3

JANEIRO

Dívida Pública recua 1,08% e fica abaixo de R$ 6,5 trilhões

O alto volume de vencimentos de títulos prefixados fez a Dívida Pública Federal cair em janeiro. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 6,52 trilhões em dezembro para R$ 6,45 trilhões no mês passado, queda de 1,08%. Em abril do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R$ 6 trilhões. Mesmo com a alta em janeiro, a DPF continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2024 entre R$ 7 trilhões e R$ 7,4 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) caiu 1,48%, passando de R$ 6,269 tri em dezembro para R$ 6,176 tri em janeiro. PÁGINA 2

DIFICULDADE

Falta de crédito afeta pequenas indústrias

A dificuldade de acesso ao crédito e a alta carga tributária têm complicado a situação financeira das pequenas indústrias nos últimos dez anos. A conclusão consta de um balanço da pesquisa Panorama da Pequena Indústria entre 2013 e 2023, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O levantamento analisou a situação financeira em 40 trimestres. Em todos eles, os pequenos empresários industriais registraram dificuldade de acesso ao crédito. O indicador ficou abaixo da média histórica em 21 trimestres para a pequena indústria de transformação e em 24 trimestres para a pequena indústria da construção. PÁGINA 3

FAKE NEWS

AGENCIA SENADO

Moraes volta a defender a regulação das redes sociais

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes (**foto**) voltou a defender, ontem, a regulamentação das redes sociais. O ministro participou da aula de recepção aos calouros da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Na palestra, Alexandre de Moraes afirmou que milicias digitais atuam para desacreditar o Judiciário e as eleições. "Não podemos cair nesse discurso fácil de que regulamentar as redes sociais é ser contra a liberdade de expressão. Isso é um discurso mentiroso e que pretende propagar e continuar propagando discurso de ódio. O que não pode no mundo real, não pode no mundo virtual", afirmou. Moraes também acrescentou que as redes sociais são "terra sem lei". "Não podemos nos enganar. Não podemos baixar a guarda. Não podemos dar uma de Bambam contra Popó, que durou 36 segundos. Temos que ficar alertas e fortalecer a democracia e as instituições. Regulamentar o que precisa ser regulamentado", completou. Moraes é relator do inquérito que apura a atuação de milicias digitais durante o governo Bolsonaro e das principais investigações contra o ex-presidente, como o caso das joias sauditas, suposta fraude de cartões de vacina e os processos sobre a suposta tentativa de golpe de Estado. PÁGINA 5

RIO

Advogado é assassinado próximo à sede da OAB

Um advogado foi morto na tarde de ontem, após ser atingido por mais de 10 tiros disparados por homens encapuzados na Avenida Marechal Câmara, no centro do Rio de Janeiro. A vítima foi identificada como Rodrigo Marinho Crespo. Ele estava em frente ao escritório Marinho & Lima Advogados, do qual era um dos sócios. O crime ocorreu a poucos metros da sede da seccional fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), também na Avenida Marechal Câmara. Na mesma via, funcionam ainda o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e a Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Os autores do crime fugiram. PÁGINA 6

BOLSONARO

PF incluirá discurso no inquérito do golpe

A declaração feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro neste domingo passado, sobre a 'minuta do golpe' que supostamente o liga a uma trama ilegal para permanecer no poder após a derrota nas eleições 2022 deve entrar na mira dos investigadores da chamada Operação Tempus Veritatis. A Polícia Federal já usou, em outras investigações, falas e ponderações do ex-chefe do Executivo para contextualizar e situações condutas consideradas suspeitas por parte do próprio Bolsonaro e de seus aliados. Bolsonaro convocou o ato realizado na Avenida Paulista, ao lado de aliados como o governador Tarcísio de Freitas, para se defender das acusações que recaem sobre ele na investigação sobre uma tentativa de golpe de Estado que incluía até a prisão do ministro Alexandre de Moraes. A parte mais sensível da investigação atribui ao ex-presidente a redação e revisão de uma 'minuta de golpe'. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: 0,15% / 129.609,05 / 190,32 / Volume: R$ 17.390.197.535 / Negócios: 3.327.473

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
JBS ON NM	22.14	+4.19	+0.89
MARFRIG ON NM	8.85	+3.87	+0.33
BRF SA ON NM	14.01	+3.78	+0.51
BRASKEM PNA N1	20.88	+3.32	+0.67
WEG ON ED NM	36.57	+1.64	+0.59

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
P.ACUCAR-CBDON NM	3.50	–7.41	–0.28
DEXCO ON NM	7.58	–5.96	–0.48
IRBBRASIL REON ATZ NM	39.70	–3.85	–1.59
SID NACIONALON	17.17	–3.16	–0.56
GRUPO SOMA ON NM	6.870	–3.10	–0.220

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	65.75	–2.42	–1.63
PETROBRAS PN ATZ N2	42.69	+1.89	+0.79
ITAUUNIBANCOPN ED N1	34.36	+0.29	+0.10
B3 ON NM	12.48	+0.24	+0.03
BRASIL ON EX NM	57.93	+0.96	+0.55

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	39.069,23	-0,16
NASDAQ Composite	15.976,25	-0,13
CAC 40	7.929,82	-0,46
FTSE 100	7.684,3	-0,29
DAX	17.423,23	+0,02
Ftse Mib	32.557,81	-0,44

Salário mínimo	R$ 1.412,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (01/02)	11,25%
Poupança 3 (27/02)	0,5122%
TR (27/02)	0,0121%
IGP-M	0,07% (jan.)
IPCA	0,42% (jan.)
CDI (01/02)	11,15%
OURO BM&F/grama	R$ 326,78
EURO Comercial	Compra: 5,4022 Venda: 5,40528
EURO turismo	Compra: 5,4599 Venda: 5,6399
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9819 -0,06%
DÓLAR comercial	Compra: 4,9804 Venda: 4,9810
DÓLAR turismo	Compra: 5,0029 Venda: 5,1829

Economia

MERCADOS

Com Petrobras, Bolsa inicia semana em leve alta de 0,15%; dólar cai

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em dia de elevação na curva de juros americana, com os investidores à espera de novos dados sobre a inflação dos EUA, na quinta-feira, e de correção nos preços do minério de ferro na China, o setor metálico manteve a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) na defensiva ontem na abertura de semana que traz, hoje, o IPCA-15 referente a fevereiro. Dessa forma, o Índice Bovespa (Ibovespa) se manteve em faixa estreita de cerca de 900 pontos entre a mínima (129.076,84) e a máxima (129.977,73) da sessão, em que saiu de abertura aos 129 416,99 pontos. Ao fim, mostrava leve ganho de 0,15%, a 129 609,05 pontos, com giro financeiro fraco, de R$ 17,4 bilhões.

Após recordes recentes em Nova York, os três principais índices acionários fecharam o dia em baixa: Dow Jones -0,16%, S&P 500 -0,38% e Nasdaq -0,13%.

Assim, na Bovespa, apesar do avanço de Petrobras (ON +1,05%, PN +1,89%) - em linha com os ganhos do petróleo na sessão em meio à instabilidade geopolítica no Oriente Médio, e às vésperas de possível distribuição de dividendos extraordinários em 7 de março -, bem como de alguns bancos (BB ON +0,96%, Itaú PN +0,29%), a queda de 2,42% em Vale ON, a ação de maior peso no Ibovespa, limitou o potencial de alta do índice. O setor metálico não foi bem ontem, em que o minério recuou mais de 3% em Dalian e na casa de 4% em Cingapura e Qingdao. Nesse contexto, destaque para a queda de 3,16% em CSN e de 1,21% para Gerdau.

Na ponta do Ibovespa na sessão, JBS (+4,19%), Marfrig (+3,87%) e BRF (+3,78%). No lado oposto, Pão de Açúcar (-7,41%), Dexco (-5,96%) e IRB (-3,85%).

DÓLAR CAI 0,23%

Após três pregões consecutivos de alta, em que subiu 1,24% e se aproximou do nível psicológico de R$ 5,00 no fechamento, o dólar à vista abriu a semana em leve queda no mercado doméstico de câmbio.

Com oscilação de menos de três centavos de real entre a mínima (R$ 4,971) e a máxima (R$ 4,996), o dólar à vista fechou a R$ 4,9815, em queda de 0,23%. Principal termômetro do apetite por negócios, o contrato de dólar futuro para março movimentou menos de US$ 10 bilhões. Em fevereiro, a moeda americana apresenta ganhos de 0,9%.

JANEIRO

Dívida Pública recua 1,08% e fica abaixo de R$ 6,5 trilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O alto volume de vencimentos de títulos prefixados fez a Dívida Pública Federal (DPF) cair em janeiro. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 6,52 trilhões em dezembro para R$ 6,45 trilhões no mês passado, queda de 1,08%.

Em abril do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R$ 6 trilhões. Mesmo com a alta em janeiro, a DPF continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2024 entre R$ 7 trilhões e R$ 7,4 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) caiu 1,48%, passando de R$ 6,269 trilhões em dezembro para R$ 6,176 trilhões em janeiro. No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 147,3 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis prefixados (com juros definidos antecipadamente). O recuo foi parcialmente compensado pela apropriação de R$ 55,08 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 11,25% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 163,21 bilhões em títulos da DPMFi, o volume mais alto desde março do ano passado. No entanto, com o alto volume de vencimentos em janeiro, os resgates somaram R$ 311,12 bilhões, o volume mais alto desde setembro do ano passado.

No mercado externo, a alta do dólar e o lançamento de títulos no exterior aumentaram o endividamento do governo. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 8,89%, passando de R$ 251,46 bilhões em dezembro para R$ 273,83 bilhões em janeiro. O principal fator foi a emissão de US$ 4,5 bilhões (R$ 22,129 bilhões) no fim de janeiro e o avanço de 2,32% da moeda norte-americana no mês passado.

COLCHÃO

Após subir em dezembro, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) caiu. Essa reserva passou de R$ 982 bilhões em dezembro para R$ 813 bilhões no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi o forte resgate líquido (regate menos emissões) no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 7,1 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R$ 1,235 trilhão em títulos federais.

COMPOSIÇÃO

O resgate de títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) mudou a composição da DPF. A proporção desses papéis caiu de 26,53% em dezembro para 22,93% em janeiro. O PAF prevê que o indicador feche 2024 entre 24% e 28%.

Nos últimos meses, o Tesouro tinha voltado a lançar mais papéis prefixados, por causa da diminuição da turbulência no mercado financeiro e da perspectiva de queda da Taxa Selic nos próximos meses. No entanto, uma eventual volta das instabilidades no mercado pode comprometer as emissões, porque esses títulos têm demanda maior em momento de estabilidade econômica.

A proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos subiu fortemente de 39,66% em dezembro para 42,03% em janeiro. O PAF prevê que o indicador feche 2023 entre 40% e 44%. Até recentemente, esse tipo de papel atraía o interesse dos compradores por causa das recentes altas da Taxa Selic, mas o percentual pode cair nos próximos meses por causa do ciclo de queda nos juros básicos da economia, que começou a ser reduzida em agosto.

A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF subiu fortemente, passando de 29,76% para 30,53%. O PAF prevê que os títulos vinculados à inflação encerrarão o ano entre 27% e 31%.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública passou de 4,05% para 4,51%. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2023, entre 3% e 7%.

PRAZO

O prazo médio da DPF subiu de 3,95 para 4,11 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

DETENTORES

As instituições financeiras seguem como principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 28,1% de participação no estoque. Os fundos de pensão, com 23,6%, e os fundos de investimento, com 23,5%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

Mesmo com a instabilidade no mercado externo, a participação dos não residentes (estrangeiros) subiu de 9,5% em dezembro para 9,9% em janeiro. O percentual atingiu o maior nível desde outubro do ano passado, quando a fatia dos estrangeiros na dívida pública estava em 10,2%. Os demais grupos somam 14,8% de participação.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

AJUDA

Fundo para aéreas deve sair 'nos próximos dias'

ELISA CALMON/AE

A expectativa do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, é apresentar "nos próximos dias" o fundo garantidor de crédito para companhias aéreas. O ministro reforçou que o governo trabalha com um montante entre R$ 4 bilhões a R$ 6 bilhões, mas disse que o valor final ainda não está fechado.

"Esperamos nos próximos dias, agora em março, formatar uma proposta para apresentar as aéreas", afirmou o ministro, em coletiva após evento promovido na sede da B3, em São Paulo, ontem.

Costa Filho disse que o governo está decidido a garantir o fundo O que está em discussão é a melhor forma de fornecer garantias para que o BNDES possa promover operações de crédito com as companhias de aviação.

Além do valor final, o governo também precisa decidir de que forma o fundo será instituído. Inicialmente, a ideia era estabelecê-lo por meio de um projeto de lei, dependendo integralmente do Congresso. Depois, começou a ser estudada a possibilidade de uma medida provisória.

O governo tem sido pressionado a chegar a uma decisão final em meio a discussões sobre o preço das passagens aéreas e desafios financeiros vividos pelo setor. No final de janeiro, a Gol entrou com pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos, com uma dívida estimada em R$ 20 bilhões.

O ministro informou que a discussão tem sido feita de forma coletiva com o BNDES e o Ministério da Fazenda para apoiar as aéreas, "porque a aviação é utilidade pública e fundamental para o desenvolvimento do Brasil".

De acordo com Costa Filho, a alocação do crédito vai depender de cada empresa, podendo ser utilizado para pagar dívidas, promover manutenção de infraestrutura e comprar novas aeronaves.

MEIO AMBIENTE

BID e Banco Central assinam termo para apoiar investimentos verdes

DANIEL MELLO/ABRASIL

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Central (BC) assinaram ontem um termo para dar garantias cambiais em investimentos ligados à transição ecológica. Segundo o presidente do BID, Ilan Goldfajn, serão oferecidos US$ 3,4 bilhões em contratos de derivativos que serão repassados, a partir do BC, para instituições financeiras brasileiras.

Os derivativos são contratos que podem ser usados para reduzir o risco de operações financeiras, sendo vinculados a outros ativos, como *commodities*, moeda estrangeira ou taxas de juros.

"A ideia é apoiar o desenvolvimento, liquidez, eficiência do mercado de proteção em moeda estrangeira no país. Adquirindo os derivativos no mercado externo e repassando às instituições financeiras locais", disse Goldfajn.

De acordo com o presidente do BID, os mecanismos serão destinados a setores de "investimentos verdes", como reflorestamento, agricultura de baixo carbono e resiliência climática. O BID também vai abrir US$ 2 bilhões em linhas de crédito para empresas que atuam nessas áreas.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, destacou que esse tipo de apoio é fundamental para garantir transferências de tecnologias que tornaram a economia brasileira mais sustentável. "Projetos de infraestrutura, especialmente aqueles voltados para sustentabilidade, frequentemente requerem investimentos significativos de capital, muitas vezes em moeda estrangeira devido à necessidade de importar essa tecnologia. O custo do *hedge* (mecanismo de proteção) pode tornar esses investimentos mais caros e arriscados do que o inicialmente pensado, desencorajando o financiamento privado ou atrasando projetos cruciais para a tão urgente transição ecológica", explicou.

Campos Neto enfatizou, entretanto, que o Branco Central não assumirá nenhum risco nas operações, atuando somente como intermediador entre a instituição internacional e o mercado brasileiro.

Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva ressaltou que é necessário que o setor privado se envolva no combate ao aquecimento global. "O desafio da transformação ecológica que o Brasil e o mundo precisam não acontecerá ser tivermos apenas o polo dos investimentos públicos. Teremos que ter a junção dos investimentos públicos e privados", afirmou.

O anúncio foi feito durante a reunião do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta, que ocorre ao longo desta semana na capital paulista. Delegações de 27 países confirmaram presença no encontro.

Além dos ministros de Finanças e dos presidentes dos Bancos Centrais, o evento terá a presença de representantes de alto nível de 16 de organizações e bancos internacionais.

Marina Silva lembrou que as 20 maiores economias do mundo também são responsáveis por mais de 80% das emissões de gases de efeito estufa, por isso têm papel central para conter os efeitos das mudanças climáticas.

Aena vai anunciar R$ 2 bi de investimentos em Congonhas

ELISA CALMON/AE

A Aena, concessionária responsável pela operação do Aeroporto de Congonhas (São Paulo), vai anunciar, em março, R$ 2 bilhões em investimentos para o terminal. A informação foi antecipada ontem pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante evento promovido na B3.

Sem fornecer mais detalhes sobre o anúncio, o ministro citou o novo investimento previsto para Congonhas como exemplo da agenda de aportes privados em aeroportos brasileiros.

"Estamos acelerando os investimentos privados em aeroportos", afirmou Costa Filho, destacando que companhias devem aportar R$ 2,6 bilhões em terminais brasileiros em 2024.

Nota

BALANÇA TEM SUPERÁVIT DE US$ 1,484 BI NA QUARTA SEMANA DE FEVEREIRO

A balança comercial brasileira teve superávit de US$ 1,484 bilhão na quarta semana de fevereiro (dias 19 a 25). De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US$ 6,293 bilhões e importações de US$ 4,808 bilhões. No mês, o superávit acumulado é de US$ 4,571 bilhões e, no ano, de US$ 11,097 bilhões. Até a quarta semana do mês, a média diária das exportações cresceu 14,2% na comparação com a média diária do período em 2023, com crescimento de US$ 14,14 milhões (5,8%) em agropecuária; alta de US$ 145,55 milhões (74,5%) em indústria extrativa; e avanço de US$ 3,77 milhões (0,6%) em produtos da indústria de transformação. Já as importações caíram 0,2% no período, também na comparação pela média diária, com crescimento de US$ 430 mil (2,0%) em agropecuária; recuo de US$ 5,49 milhões (-7,7%) em indústria extrativa; e alta de US$ 7,73 milhões (0,9%) em produtos da indústria de transformação.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

DIFICULDADE

Crédito complica finanças das pequenas indústrias

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A dificuldade de acesso ao crédito e a alta carga tributária têm complicado a situação financeira das pequenas indústrias nos últimos dez anos. A conclusão consta de um balanço da pesquisa Panorama da Pequena Indústria entre 2013 e 2023, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O levantamento analisou a situação financeira em 40 trimestres. Em todos eles, os pequenos empresários industriais registraram dificuldade de acesso ao crédito. O indicador ficou abaixo da média histórica em 21 trimestres para a pequena indústria de transformação e em 24 trimestres para a pequena indústria da construção.

Em 2016, o Índice de Situação Financeira atingiu o pior resultado da série com 29,5 pontos. Na época, a taxa Selic (juros básicos da economia) estava em 14,25% ao ano. O indicador manteve-se abaixo da média história de 38,4 pontos de 2015 a 2019, só superando a média em 2020, quando a Selic foi reduzida para 2% ao ano, no início da pandemia de Covid-19.

Em meados de 2020, o indicador atingiu o maior valor da série histórica, 43,1 pontos. Além dos juros baixos, a criação de programas emergenciais para as micro e pequenas empresas, como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), favoreceram as finanças das indústrias de menor porte.

Mesmo com essas ajudas, o Índice de Situação Financeira nunca superou a marca de 50 pontos, que separa avaliações favoráveis de desfavoráveis. Segundo a CNI, isso se deve principalmente à dificuldade de acesso ao crédito em todos os segmentos. No fim de 2023, o indicador estava em 42,2 pontos, recuperando-se após o Banco Central começar a reduzir os juros no segundo semestre.

OUTROS PROBLEMAS

Outro problema citado pelas pequenas indústrias, nos últimos dez anos, foi a carga tributária. Apesar de oscilações ao longo da década, tanto as empresas tributadas pelo Simples Nacional quanto médias indústrias que não se enquadram no regime reclamaram do peso dos impostos sobre o faturamento.

No fim de 2023, os principais problemas percebidos pelos pequenos empresários da indústria de transformação foram a elevada carga tributária, demanda interna insuficiente e competição desleal (como informalidade e contrabando). Nas indústrias de construção, aumentaram as menções aos juros elevados. O segmento é diretamente afetado pela alta dos juros, que impacta empresários e consumidores.

PERSPECTIVAS

O Índice de Confiança do Empresário (ICEI), que mostra como ele percebe as condições atuais e quais são suas expectativas, registrou 51,2 pontos em janeiro de 2024. O indicador está acima da linha divisória de 50 pontos, que separa confiança da falta de confiança.

No entanto, esse otimismo levará algum tempo para se refletir nos investimentos e no emprego. Em janeiro de 2024, o Índice de Perspectivas da Pequena Indústria ficou em 49,4 pontos, um pouco abaixo da linha divisória de 50 pontos. Segundo a CNI, o indicador demonstra cautela dos empresários na hora de investir e contratar.

De acordo com a entidade, a melhoria no indicador pode ser relacionada às medidas de apoio às pequenas empresas, como o programa Novo Brasil Mais Produtivo, que pretende investir R$ 2 bilhões em 200 mil micro e pequenas empresas brasileiras; e o Programa de Apoio à Competitividade das Micros e Pequenas Indústrias (Procompi), que vai injetar R$ 24 milhões em soluções que reduzem custos e aumentam a competitividade até 2026.

EXPANSÃO

Apesar das dificuldades, as pequenas empresas têm se expandido. O total de micro e pequenas indústrias subiu de 433 mil para 459 mil, segundo levantamento da CNI, com base na Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Esses negócios empregam mais de 3,4 milhões trabalhadores formais e pagam R$ 85 bilhões por ano em salários.

Divulgado a cada três meses, o Panorama da Pequena Indústria consulta cerca de 900 empresários de indústrias de pequeno porte em todo o país. Todos os índices variam de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam otimismo. Abaixo dessa marca, indicam pessimismo.

BALANÇO

Americanas tem prejuízo líquido de R$ 1,621 bilhão no 3º trimestre

MATHEUS PIOVESANA E ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

A Americanas anunciou ontem, os esperados números de 2023 da rede de varejo, após dois adiamentos. A empresa anunciou prejuízo de R$ 1,621 bilhão no terceiro trimestre, 17,8% menor do que a perda de R$ 1,972 bilhão um ano antes, número já corrigido em relação aos R$ 212 milhões de prejuízo que originalmente a empresa tinha anunciado.

Nos nove primeiros meses de 2023, a Americanas acumulou prejuízo de R$ 4,611 bilhões, queda de 23,5%. "O ano de 2023 foi, sem dúvida, o mais desafiador da história da Americanas, não só pela magnitude da fraude revelada, mas pela necessidade de reconstrução que se apresentou", comenta a administração da rede de varejo no balanço.

O Ebitda (lucro antes dos impostos, juros e amortizações) ficou negativo em R$ 1,558 bilhão nos nove primeiros meses de 2023, perda 21,3% maior em um ano.

Com a descoberta do rombo, e a desconfiança em relação ao futuro da rede de varejo, as vendas da empresa, uma das maiores do Brasil, caíram. A venda bruta (GMV) foi de R$ 16,059 bilhões nos nove meses de 2023, queda de 51,1% em um ano.

No terceiro trimestre, a receita líquida somou R$ 3,261 bilhões, baixa de 39,2% ante igual período de 2022. No acumulado de nove meses, a receita ficou em R$ 10,293 bilhões, queda de 45%.

DÍVIDAS EM ALTA

Um dos números mais esperados pelos analistas é o do endividamento da rede de varejo. No encerramento do terceiro trimestre de 2023, as dívidas líquidas somaram R$ 33,443 bilhões, um aumento de 10,6% na comparação com setembro de 2022. A dívida bruta somou R$ 38 bilhões. O endividamento, ainda em patamares altos, tem tendência de "relevante redução" com a execução do Plano de Recuperação Judicial, afirma a Americanas.

O caixa da empresa, que chegou quase a zerar logo depois da descoberta do rombo, encerrou setembro em R$ 4,929 bilhões, baixa de 49,5% em 12 meses.

"Hoje já podemos dizer que superamos a fase mais crítica pela qual a Americanas passou", afirma o comando da Americanas no balanço.

ELETROBRAS

Empregados de Furnas recorrem de decisão do STF que liberou AGE

LAVÍNIA KAUCZ/AE

A Associação de Empregados de Furnas (Asef) recorreu da decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que deu aval para a realização da Assembleia-Geral Extraordinária (AGE) da Eletrobras na qual foi aprovada a incorporação de Furnas ao capital da companhia, em janeiro deste ano. O recurso será avaliado pelo próprio Moraes, que é relator da ação.

A decisão foi tomada em janeiro a pedido da Eletrobras. O ministro determinou a cassação de liminares proferidas durante o plantão judicial por desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1) que haviam suspendido a realização da AGE.

A Asef entende que a votação dos acionistas realizada em janeiro deve ser anulada até o julgamento de uma ação do governo federal que questiona a redução do poder de voto da União na Eletrobras. O caso tramita no Supremo. Em dezembro de 2023, o ministro Kassio Nunes Marques enviou o processo para conciliação e fixou prazo de 90 dias para a tentativa de solução consensual entre as partes.

A União detém 43% da Eletrobras, mas seu poder de voto é limitado a 10%. A ação que questiona essa trava foi ingressada pela Advocacia-Geral da União (AGU) em 5 de maio do ano passado. O órgão quer que o poder de voto seja proporcional à participação na empresa.

A medida foi vista como uma manobra do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para "reestatizar" a Eletrobras. A lei que proíbe acionistas de terem poder de voto superior a 10% tem o objetivo de impedir o controle da estatal por blocos econômicos, mas o governo reclama que a União perdeu poderes políticos.

A Asef argumenta que a convocação da AGE se deu "em momento de grave instabilidade jurídica" e que a definição acerca da incorporação de Furnas pode "impactar negativamente tanto a Asef, enquanto acionista minoritário da empresa, como todo o setor elétrico brasileiro".

Nota

NÚMERO DE CELULARES CONECTADOS À INTERNET DEVE SUBIR DE 4,7 BI PARA 5,5 BI ATÉ 2030

O número total de usuários de internet móvel no mundo deve subir de 4,7 bilhões no fim de 2023 para 5,5 bilhões no fim de 2030, impulsionado pelo aumento na penetração dos telefones celulares entre o público. A expectativa é que a fatia da população que usa o celular aumente de 58% em 2023, para 65% em 2023. A projeção faz parte do relatório de mercado divulgado nesta segunda-feira pela GSMA, associação internacional das operadoras de telefonia e internet móvel. A publicação aconteceu durante o Mobile World Congress (MWC), principal evento do setor, que vai de 26 a 29 de fevereiro, em Barcelona. Atualmente, 3,4 bilhões de pessoas ao redor do mundo não têm acesso à internet móvel, sendo que o principal empecilho para isso é a falta de recursos. Destas, 90% vivem em áreas onde o sinal de internet está disponível. O levantamento da GSMA também mostrou que a internet móvel de quinta geração (5G) correspondia a 18% do total de conexões no fim de 2023, com tendência de chegar a 56% em 2030. Em paralelo,o 4G ainda vai perder participação, mas, ainda continuará relevante para o mercado, passando de 59% para 35%. Já as gerações mais antigas de internet móvel (2G e 3G) caminham para cair em desuso nos próximos anos.

VARELLA E DAMAZIO ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA LTDA.
CNPJ 09.572.294/0001-09 – Matrícula RCPJ 229352
CONVOCAÇÃO - Ficam os sócios convocados para a Assembleia de Sócios, às 11h do dia 11.03.2024, na Av. Almirante Barroso, nº 00081, sala 2401, Centro/RJ, cuja ordem do dia é o ingresso e retirada de sócios. RJ, 23.02.2024. Sócia Adm. Luciana Damazio de Noronha Presto.

IBV Brasil Petróleo Limitada
CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4
Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Em razão da não instalação da reunião de sócios da **IBV Brasil Petróleo Limitada** ("Sociedade") em primeira convocação em 23 de fevereiro de 2024, às 10 horas (horário de Brasília), ficam os sócios da Sociedade convocados para comparecerem à reunião de sócios, em segunda convocação, em 28 de fevereiro de 2024, às 10 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Reunião"). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre a aprovação **(i)** do aumento de capital da Sociedade no valor de R$ 105.682.930,00 (cento e cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta reais), com emissão de 105.682.930 (cento e cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada; o referido aumento de capital é necessário para as operações da Sociedade; **(ii)** eleger o sr. Harinath Viswanathan, indiano, gerente geral, casado, portador do passaporte nº P7470636, residente em Viswam, Pulickal Lane, Poonithura Po, Ernakulam, 682038, India, sendo que sua posse está condicionada à obtenção de um visto de trabalho válido no Brasil; e **(iii)** aprovar a respectiva alteração de contrato social da Sociedade. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail. Cópias de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2024. **Renata Lima de Oliveira** - Diretora Geral

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 32.184.487/0001-04 - NIRE 33.3.0033425-4
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.EM 28/11/2023: 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 28/11/2023 às 10h00 horas, na sede social da Pampa Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), nesta Cidade e Estado do RJ, na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1703 – parte e 1704 -parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021. **2.CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, em virtude da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente – Carlos Eduardo Assumpção Olesko. Secretário – Germán Sánchez González. **4.ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: **(i)** aumento de capital social da Companhia, no valor total de R$ 38.750.000,00 (trinta e oito milhões, setecentos e cinquenta mil de reais), dentro do valor do capital autorizado, conforme artigo 5º, Parágrafo Terceiro do seu Estatuto Social; e **(ii)** autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação acima. **5.DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) O aumento do capital social da Companhia, dentro do capital autorizado, em montante correspondente a R$ 38.750.000,00 (trinta e oito milhões, setecentos e cinquenta mil de reais), mediante a emissão de 38.750.000 (trinta e oito milhões, setecentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, em observância ao critério estabelecido no inciso I, do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações. Em decorrência do aumento de capital ora deliberado, o capital social da Companhia passa de R$ 181.486.000,00 (cento e oitenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil reais) dividido 181.486.000 (cento e oitenta um milhões, quatrocentas e oitenta e seis mil)ações ordinárias nominativas, sem valor nominal para R$ 220.236.000,00 (duzentos e vinte milhões, duzentos e trinta e seis mil reais) dividido em 220.236.000 (duzentas e vinte milhões e duzentas e trinta e seis mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os acionistas da Companhia subscrevem as correspondentes ações ordinárias e as integralizarão de acordo com os Boletins de Subscrição anexos à presente (Anexos I-A e I-B). Fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos e quaisquer atos necessários para a formalização da deliberação acima, bem como publicar a presente ata em forma de extrato. **6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA**: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. RJ, 28/11/2023. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro da Companhia. Mesa: Carlos Eduardo Assumpção Olesko - **Presidente;** Germán Sánchez González - **Secretário. Visto do Advogado:**Bruna Lage Richter - OAB-RJ n.º 158.899. Jucerja nº 5928487 em 08/12/2023.

São Geraldo Energética Ltda.
CNPJ/MF nº 10.274.147/0001-23 – NIRE 33.210.651.048
Ata de Reunião de Sócios realizada em 18 de outubro de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 18/10/2023, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (Referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), às 15:30 horas. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 1.072, § 2º do Código Civil e da Cláusula Nona, § 2º do Contrato Social, face à presença dos sócios representando a totalidade do capital social da **São Geraldo Energética Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (Referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.274.147/0001-23, com seu Contrato Social registrado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE nº 33210651048, e alterações posteriores arquivadas ("Sociedade"), a saber: **(a) Elera Renováveis S.A.** (nova denominação social da Brookfield Energia Renovavel S.A.), sociedade anônima, com sede na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.808.298/0001-96, e devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3330032372-4; neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 861.403.379-68, e Fernando Mano da Silva, portador da cédula de identidade nº 50759188, expedida pelo SSP/SP, e do CPF/MF nº 690.436.121-20; e **(b) Elera Renováveis Participações S.A.**, atual denominação social de Brookfield Energia Renovável Participações S.A., sociedade anônima, com sede na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbachm, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.417.715/0001-19, e devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3330032372-4; neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF nº 861.403.379-68, e Fernando Mano da Silva, portador da cédula de identidade nº 50759188, expedida pelo SSP/SP, e do CPF/MF nº 690.436.121-20. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los a Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082 do Código Civil. **5. Deliberações:** Os sócios, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Os sócios quotistas discutiram e aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a redução do capital social da Sociedade no valor de **R$ 2.049.066,00** nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, com o consequente cancelamento **2.049.066** quotas da Sociedade. **5.2.** Em virtude da deliberação 5.1 acima, o capital social da Sociedade será reduzido **de** R$ 21.790.946,00 **para** R$ 19.741.880,00; e o número de quotas será reduzido **de** 21.790.946 quotas **para** 19.741.880 quotas com valor nominal de R$1,00. **5.3.** Registrar que os valores declarados da redução de capital da Sociedade acima aprovada serão distribuídos, em dinheiro, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Sócios Quotistas	Qtde de Quotas	%	Valores a distribuir (em R$)
Elera Renováveis S.A.	19.741.879	99,9999949	2.049.065,90
Elera Renováveis Participações S.A.	1	0,0000051	0,10
Total	19.741.880	100	2.049.066,00

5.3.1. Registrar que a sócia Elera Renováveis Participações S.A. manifestou sua renúncia à parcela dos lucros que lhe cabe em favor da sócia Elera Renováveis S.A. **5.4.** Em razão da deliberação aprovada no item 5.1 acima, a cláusula 5ª do contrato social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação: "*Cláusula 5ª – O capital social, totalmente integralizado expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 19.741.880,00, dividido em 19.741.880 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: i. Brookfield Energia Renovável S.A. (CNPJ/MF sob o nº 02.808.298/0001-96) possui 19.741.879 quotas, no valor total de R$ 19.741.879,00. ii. Elera Renováveis Participações S.A. (CNPJ/MF sob o nº 09.417.715/0001-19) possui 01 quota, no valor total de R$1,00.*"**6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata em 1 via de igual teor e forma. Rio de Janeiro, RJ, 18/10/2023. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária Designada; **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Presidente da Mesa. **Elera Renováveis S.A.** (representada por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva); **Elera Renováveis Participações S.A.** (representada por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva).

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 31º 21º 85% 05:58 18:36

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

2ª Catequese Quaresmal – Jejum

"Quando jejuardes, não tomeis um ar triste como os hipócritas, que mostram um semblante abatido para manifestar aos homens que jejuam. Em verdade eu vos digo: já receberam sua recompensa" (Mateus 6, 1-5).

Ao longo do período quaresmal somos convidados a vivenciar três práticas penitenciais: oração, jejum e caridade. Vamos nos deter ao longo desse artigo sobre o jejum e a importância dessa prática penitencial ao longo do tempo da Quaresma. O jejum que fazemos ao longo do tempo da Quaresma não é qualquer jejum, mas um jejum penitencial em vista da nossa conversão pessoal.

O jejum recomendado ao longo do período da Quaresma é abster-se de carne vermelha, sobretudo na Quarta-Feira de Cinzas e Sexta-Feira Santa. Podendo abster-se também em todas as quartas e sextas da Quaresma. Além da carne vermelha, podemos nos abster ao longo da Quaresma de outros tipos de alimentos, como por exemplo: doces e refrigerantes.

O jejum não necessariamente precisa ser de algum alimento ou bebida, mas também de algo que nos afaste de Deus, como por exemplo, ficar os quarenta dias da Quaresma sem acessar a internet ou redes sociais, sem assistir televisão, ou se abster de algo que gostamos muito. Esse é o intuito do jejum, abster-se de algo que gostamos muito ou gastamos um certo tempo usando, ou seja, se ficamos muito tempo assistindo televisão ou ficamos muito tempo na internet, devemos usar esse tempo para dedicar a oração ou mais tempo a família.

Como já dissemos, a oração, o jejum e a caridade estão intimamente ligados. O jejum e a caridade só terão sentido se forem precedidos da oração. Dessa forma, não poderemos fazer o jejum por fazer, ou porque achamos bonito, mas o jejum tem que ter um sentido e fundamento na oração. Por isso, se escolhemos ao longo da Quaresma fazer o jejum de refrigerante, suco ou doces, devemos ao final do período quaresmal doar na coleta da solidariedade no Domingo de Ramos aquilo que jejuamos nesse período, exercendo assim a caridade. Do mesmo modo, se deixamos de assistir televisão ou usar a internet, devemos dedicar o tempo que "perderíamos" nesses meios de comunicação para dedicar à família, exercendo dessa forma também a caridade. Ou ainda, usar esse tempo para rezar com a família, meditando a Palavra de Deus.

Outra prática de jejum que podemos realizar ao longo da Quaresma é o "jejum da língua", ou seja, muitas vezes somos mestres em falar mal dos outros. Quem sabe ao longo desse tempo possamos parar de falar mal dos outros, apontando aos outros os seus defeitos e olhar primeiramente para nós mesmos. Muitas vezes difamamos a imagem do próximo perante a comunidade ou a família. Nos coloquemos antes de tudo no lugar do próximo e deixemos com que Deus o julgue. Lembremos acima de tudo que o serviço pastoral que realizamos na comunidade não é para mostrar aos outros, mas é para Deus que realizamos.

Embora a obrigação seja dos 18 aos 59 anos, todos nas diversas faixas etárias da vida podem de uma certa forma praticar o jejum, que não deve ser algo doloroso ou penoso, mas feito corretamente é algo bom. O jejum não é algo difícil, todos conseguem praticá-lo. O jejum não é deixar de se alimentar, mas, comer de forma mais branda e tirar alguns ingredientes de nossa refeição. Podemos tomar o café da manhã normalmente, comendo mais frutas ao invés de pão e outras guloseimas, o almoço pode ser mais leve, tirando a carne vermelha e o jantar também pode ser leve. Comendo de leve em cada refeição não tem como passar mal. O jejum não existe para que as pessoas passem fome, ou seja, não consiste em ficar o dia todo sem comer, mas em tirar uma ou outra refeição, ou fazê-la de forma mais leve.

O jejum é recomendado para quem tem entre 18 e 59 anos, após os cinquenta e nove anos e antes dos dezoito é facultativo. Por meio do jejum o cristão é estimulado a desapegar-se dos bens que o impendem de servir a Deus. Para que tenha sentido é necessário um acompanhamento espiritual adequado, para que não seja feito à revelia, ou de qualquer jeito. Tanto o jejum como as outras práticas quaresmais são espirituais e visam a nossa salvação, por isso, devem ser precedidas da oração e acompanhadas pela direção espiritual de um sacerdote.

Por fim, meus irmãos, Jesus dá uma recomendação sobre o jejum: *"Quando jejuardes, não tomeis um ar triste como os hipócritas, que mostram um semblante abatido para manifestar aos homens que jejuam. Em verdade eu vos digo: já receberam sua recompensa" (Mateus 6, 1-5).* Diante dessa recomendação de Nosso Senhor, observamos que o jejum não deve ser feito de modo obrigatório, ou porque os outros fazem, tem que ser feito de todo o coração, para que a prática do não se torne um "peso", mas que seja transformado em bem. Ninguém precisa saber que estamos jejuando, basta Deus saber, pois é prática pessoal e em vista da salvação da pessoa individualmente.

Vivamos bem os três pilares do período quaresmal, sobretudo o jejum e que o nosso jejum tenha o sentido espiritual. Façamos o nosso processo de conversão, deixemos de lado aquilo que desagrada a Deus e fiquemos com aquilo que agrada ao Senhor, que é o nosso coração.

Tenhamos um santo período quaresmal e possamos chegar transformados no período Pascal. Amém.

INVESTIMENTOS

SP mobiliza investidores e quer atrair R$ 7 bi em turismo

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Turismo e Viagens de São Paulo, realizou ontem, o primeiro Fórum Internacional de Investimentos para o Turismo de São Paulo. A ação reuniu na capital 14 grandes fundos internacionais de investimentos e financiamentos interessados em investir no portfólio paulista de projetos âncora que estão sendo preparados para aumentar a oferta turística de São Paulo e que juntos somam R$ 7 bilhões.

"Ao aproximar investidores de empreendedores de forma organizada, criamos um ambiente de negócios favorável para todo o setor", afirmou Roberto de Lucena, secretário de Turismo e Viagens de SP durante o evento que pretende captar recursos para aumentar o fluxo turístico, impulsionar a economia e a competitividade de SP.

O evento contou com a presença do secretário Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimentos, Carlos Henrique Sobral; do secretário de Negócios Internacionais, Lucas Ferraz; do secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima; do secretário municipal de Turismo, Rodolfo Marinho; do deputado federal, Fausto Pinato; do deputado estadual, Sebastião Santos, vice-presidente da Comissão de Turismo; além de grandes autoridades do setor, como a Cônsul Geral da Índia, Manisha Swan e mais de 150 participantes.

A iniciativa inovadora da Setur-SP aconteceu em parceria com a InvestSP, agência de promoção de investimentos do Governo de SP, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), e a Câmara de Comércio e Indústria dos BRICS.

No evento foram apresentados 34 projetos, entre eles: a readequação do edifício Martinelli, um dos primeiros arranha-céus do país, na capital, com previsão de um novo restaurante, bar temático e entretenimento no terraço e subsolo; uma arena de shows e hotelaria temática entre as emblemáticas avenidas Ipiranga e São João; investimentos em aeroportos, como o de Guarulhos e Olímpia, e hotéis no formato de multipropriedade em destinos no interior.

"É uma iniciativa alinhada à nossa missão de garantir que o setor privado seja um parceiro estratégico do Estado na promoção do desenvolvimento e na geração de emprego e renda", diz o presidente da InvestSP, Rui Gomes.

Participam do fórum fundos brasileiros e internacionais, além de empreendedores como Wet'n Wild, WTC, Blue Tree, Vila Galé, Votorantim, Grupo Wish, CVC e Grupo Accor, além de entidades como o FOHB. "É a primeira vez que o Brasil sedia um fórum de investimentos focado no setor de turismo. Com certeza teremos uma grande receptividade dos investidores à coletânea de projetos que serão apresentados pelo Estado de São Paulo", afirma o embaixador João Gilberto Vaz, representante da Câmara de Comércio e Indústria do BRICs+.

TURISMO EM SP

O Estado de São Paulo tem o maior índice de competitividade do país em segmentos como eventos e negócios, gastronomia e parques temáticos, de acordo com o Ministério do Turismo, além de ser o Estado que mais recebe turistas no país (48 milhões).

O PIB do turismo paulista deve bater 9,6% de todas as riquezas produzidas por São Paulo este ano, de acordo com o Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET), ligado à Setur-SP. Estão previstos 46 mil novos postos de trabalho gerados pelo setor, um acumulado que deve chegar a 937,8 mil. De acordo com o Seade, para cada emprego direto criado no setor, são gerados outros dois indiretos.

EPIDEMIA

Estado lança portal 'Dengue 100 Dúvidas' para informar população

A partir desta segunda-feira, os cidadãos terão acesso na palma da mão a um serviço que esclarece as principais dúvidas sobre as doenças causadas pelo mosquito Aedes aegypti, causador da dengue e outras doenças. O portal "Dengue 100 Dúvidas", lançado pelo Governo de SP, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES) faz parte do conjunto de anúncios realizado pelo Comitê de Operações de Emergências (COE) do Estado de São Paulo.

O site reúne as 100 perguntas mais frequentes sobre a dengue, zika e chikungunya nos buscadores de internet. O serviço se torna um importante aliado para desmistificar fake news que circulam nas redes sociais e orientar a população sobre o combate ao mosquito. O acesso já está disponível no link www.dengue100duvidas.sp.gov.br.

"A informação é a nossa melhor arma no combate ao mosquito, por isso é importante concentrar em um único endereço as principais dúvidas da população sobre o assunto. Estamos falando de prevenção, transmissão, cuidados e diferenças de uma doença para outra", explica Regiane de Paula, coordenadora em saúde da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD), da SES-SP.

Quando o assunto é dengue, a pergunta mais feita na internet atualmente é: "Quem está infectado pela dengue deve evitar algum tipo de medicamento?" E a resposta é sim. Alguns remédios não devem ser tomados por quem tem suspeita de dengue. Afinal, um dos possíveis sintomas da doença viral transmitida pelo mosquito Aedes aegypti é o sangramento. E essa manifestação se agrava com a ingestão de medicamentos com ácido acetilsalicílico (aspirina, por exemplo), anti-inflamatórios não hormonais ou corticóides. Para esclarecer essa e outras questões, o site "Dengue 100 Dúvidas" oferece informações detalhadas e confiáveis, sendo essencial para quem busca orientações.

ENFRENTAMENTO

Desde que foi decretado, em 6 de fevereiro, o COE já anunciou diferentes medidas para combater o avanço das doenças transmitidas pelo Aedes no Estado. Um dos primeiros anúncios para os 645 municípios paulistas, responsáveis pelo combate ao vetor da doença, foi a antecipação de R$ 205 milhões do IGM SUS Paulista (Incentivo à Gestão Municipal) para suporte em ações contra a dengue. O pagamento, anteriormente previsto para ocorrer em maio de 2024, foi transferido pela SES na modalidade "fundo a fundo", destinada à cobertura das ações e serviços de saúde implementados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A iniciativa faz parte das ações contra a dengue que estão detalhadas no Plano Estadual de Contingência das Arboviroses Urbanas, elaborado em parceria com os demais níveis de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado.

No mesmo mês, o estado lançou o Painel de Monitoramento da Dengue, ampliando o acesso ao número de casos da doença, com atualização diária feita pelos municípios.

A Pasta também ampliou o número de unidades sentinelas. Ao todo, são 71 dedicadas ao monitoramento das arboviroses urbanas, distribuídas em todas as regiões do Estado. Mais de 600 equipamentos de nebulização foram disponibilizados aos municípios paulistas, para apoiar o combate ao vetor. Outra frente anunciada foram as capacitações aos agentes municipais, professores e outros profissionais para orientar sobre as principais medidas de controle do Aedes aegypti e eliminação de criadouros.

FEMINICÍDIO

Casal é encontrado morto em Santos; filho de 17 anos é detido pela polícia

GIOVANNA CASTRO/AE

Um casal foi encontrado morto em seu apartamento na manhã de domingo passado, em Santos, no litoral paulista. O filho deles, um adolescente de 17 anos, foi apreendido como suspeito de homicídio. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP), o garoto disse à polícia que a mãe foi vítima de feminicídio, mas não soube responder sobre a morte do pai.

A pasta afirma que policiais militares foram acionados para atender a uma ocorrência e, chegando ao local, encontraram o homem, de 39 anos, e a mulher, de 37, já sem vida. O adolescente foi ouvido pelos policiais e, após seu depoimento, conduzido à delegacia, onde permanece à disposição da Vara de Infância e Juventude enquanto o caso é investigado.

O jovem teria relatado que estava em casa, com os pais e dois amigos, quando escutou pedidos de socorro da mãe, que estava sendo agredida pelo pai. "Ele disse que chegou a ir no quarto do casal duas vezes para separar a briga, quando, na terceira vez, viu o pai esfaqueando a mãe", informou a secretaria.

Após tentar apartar a briga, mas não obter sucesso, o garoto teria fugido do apartamento. Ele não respondeu à polícia sobre como teria acontecido a morte do pai - a secretaria não informou ao *Estadão* se o homem também teria sido esfaqueado.

"A perícia foi acionada ao local e foram requisitados exames ao IC e ao IML", disse a SSP. "O caso foi registrado como feminicídio e ato infracional de homicídio na CPJ de Santos."

Nota

EM SP, TRANSPORTE ENTRE AEROPORTOS DE GUARULHOS E CONGONHAS TEM REFORÇO

As linhas de ônibus executivos que conectam o Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande SP, e o de Congonhas, operada pela EMTU e gerenciada pelo Consórcio Internorte, receberam reforço em sua frota nesta semana. Com a inclusão de dois novos veículos, o serviço, conhecido como Aeroporto Bus Service, agora oferece 25 partidas em cada sentido, reduzindo o intervalo médio entre elas de uma hora para 40 minutos. Antes, as linhas operavam com 18 partidas para o Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, e 17 para Guarulhos, na região metropolitana. Segundo a empresa, a expansão visa a atender à demanda crescente de passageiros que utilizam esse meio de transporte entre os principais aeroportos de São Paulo. As três linhas do Airport Bus Service registram média mensal de 26 mil passageiros. Os ônibus, modelo 2022/23, foram incorporados à frota da operadora no ano passado e são equipados com elevador para cadeirantes, banheiro, wifi, ar-condicionado, poltronas reclináveis e tomadas para carregar celulares em todos os assentos.

ALES GROUP COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA - CNPJ nº 09.545.532/0001-89 - NIRE 35.2.3080726-6
Extrato Alteração e consolidação do Contrato Social: I) Data 19.02.2024, Hora 11:00, Local: Osasco/SP. O sócio único desta sociedade, sede: Avenida Doutor Kenkiti Shimomoto, n.º 1.678, Galpão 2, sala 2, Novo Osasco, Osasco, SP, CEP: 06.045-390. DELIBEROU, I) reduzir o capital social, por ser excessivo para o objeto social, conf. Art. 1.082, Inciso II do CC, de R$ 8.571.980,00 para R$ 7.970.000,00, representando uma redução de R$ 601.980,00, que será devolvido ao sócio.

POLÍCIA FEDERAL

Discurso de Bolsonaro será incluído no inquérito do golpe

PEPITA ORTEGA/AE

A declaração feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro neste domingo passado, sobre a 'minuta do golpe' que supostamente o liga a uma trama ilegal para permanecer no poder após a derrota nas eleições 2022 deve entrar na mira dos investigadores da chamada Operação Tempus Veritatis. A Polícia Federal já usou, em outras investigações, falas e ponderações do ex-chefe do Executivo para contextualizar e situações condutas consideradas suspeitas por parte do próprio Bolsonaro e de seus aliados.

Bolsonaro convocou o ato realizado na Avenida Paulista, ao lado de aliados como o governador Tarcísio de Freitas, para se defender das acusações que recaem sobre ele na investigação sobre uma tentativa de golpe de Estado que incluía até a prisão do ministro Alexandre de Moraes. A parte mais sensível da investigação atribui ao ex-presidente a redação e revisão de uma 'minuta de golpe'.

Diante de apoiadores, Bolsonaro bradou: "Golpe é tanque na rua, é arma, é conspiração. Nada disso foi feito no Brasil. Por que continuam me acusando de golpe? Porque tem uma minuta de decreto de estado de defesa. Golpe usando a Constituição?"

A fala, proferida diante de milhares de apoiadores na capital paulista, não tem roupagem de uma versão oficial sobre os achados da Operação Tempus Veritatis. De outro lado, não deve ser ignorada pelos investigadores da PF, que podem colocar a frase sob perspectiva quando eles forem analisar o inquérito e estabelecerem ligações entre provas já coletadas no bojo da investigação. Bolsonaro pode até ser chamado a depor novamente, sobre o teor das declarações feitas na Avenida Paulista.

Em outros inquéritos, declarações e falas de Bolsonaro abasteceram as investigações, por vezes consideradas oficialmente provas e em outras ocasiões citadas no contexto da apuração quando a Polícia Federal traça a chamada hipótese investigativa. Por exemplo, a reunião interministerial do dia 22 de abril foi juntada aos autos da investigação sobre uma suposta interferência política na Polícia Federal. Já no caso da reunião com ataques às urnas eletrônicas, falas anteriores e posteriores de Bolsonaro foram compiladas para a descrição de um contexto de ofensas sucessivas do ex-presidente ao sistema eletrônico de votação - o que culminou em sua inelegibilidade.

O advogado Lenio Streck considera que as declarações de Bolsonaro podem ser usadas sim como prova na investigação sobre possível crime de tentativa de golpe de Estado. "Bolsonaro disse o que queria e o que não poderia dizer, como pessoa acusada de delito, que quer negar e quando, às vezes, quer negar, acaba confessando", avalia.

"Há uma sutileza nessa questão em que ele diz que a minuta era para fazer o Estado de defesa e assim estaria dentro da Constituição. Ocorre que o Estado de Defesa como está na minuta era uma decretação de um golpe na medida em que não havia nenhum elemento que configurava a possibilidade do Estado de Defesa. Eis a sutileza, não havia dizer que a minuta era de Estado de Defesa. O Estado de Defesa era o subterfúgio para fazer a ruptura institucional. Isso ocorre depois da eleição", pondera.

SILÊNCIO

As declarações de Bolsonaro ocorreram dias após ele se negar a responder as perguntas dos investigadores em depoimento da sede de Polícia Federal. Na quinta-feira passada, a corporação acompanhou as oitivas de 23 investigados por suposto envolvimento em uma tentativa de golpe de Estado com as marcações 'silêncio' ou 'respondeu aos quesitos'.

16 intimados se calaram diante dos investigadores, como Bolsonaro e o general Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Outros sete responderam aos questionamentos na sede da PF, dentre eles dois aliados de primeira hora do ex-chefe do Executivo: o ex-ministro da Justiça Anderson Torres e o presidente do PL Valdemar da Costa Neto.

Os investigados, ainda na esfera policial, podem optar entre falar e se manter em silêncio. A medida integra a fase pré-processual de um caso, ou seja, o inquérito policial - diferente de quando o alvo é intimado a depor diante de um juiz. Aos policiais, o investigado pode escolher dar sua versão dos fatos.

Agentes consultados pelo *Estadão* explicam que a colheita de depoimentos na fase investigativa é uma ferramenta importante, mas o fato de o investigado ficar em silêncio não impacta as apurações - nem para um lado, nem para outro.

Na fase de apurações o foco da PF é o levantamento de provas. Na Operação Tempus Veritatis o material colhido já se mostra extenso. A investigação foi abastecida com a delação do ex-ajudante de ordens da presidência, tenente-coronel Mauro Cid. A Polícia Federal precisa juntar elementos que corroboram a versão do ex-braço direito de Bolsonaro.

Agora, PF está analisando o que foi coletado nas diligências da fase ostensiva da investigação, que cumpriu mandados no último dia 7.

O direito ao silêncio é assegurado ao investigado conforme precisão na Constituição e é uma tática usualmente adotada por defesas, explica a criminalista Beatriz Alaia Colin. Nessa linha, a advogada Carla Rahal Benedetti, doutora em Direito Penal, destaca que a possibilidade de um investigado ter de responder sobre tópicos desconhecidos da defesa - como alegam os advogados de Bolsonaro - levam a estratégia do silêncio a ser a melhor maneira de um alvo de investigação se defender.

O criminalista Miguel Pereira Neto ressalta ainda como o silêncio, em tese, não pode prejudicar os investigados. De outro lado, o especialista pondera que, se o alvo de apuração conseguir elucidar seu não envolvimento com os fatos sob suspeita, é melhor 'esclarecer os fatos, desde que se tenha conhecimento prévio da investigação'.

PROPRIEDADES

Lula oficializa programa de destinação de imóveis da União

AMANDA PUPO, SOFIA AGUIAR E MARIANA CARNEIRO/AE

O governo Lula oficializou ontem, os detalhes do programa voltado a encontrar destinações para imóveis da União, batizado de "Imóveis da Gente". Em cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a ministra da Gestão, Esther Dweck, assinaram os decretos de criação da política, com a definição de prioridades e a instituição de um Comitê Interministerial que dará os principais comandos do programa. Embora o Ministério da Fazenda, de Fernando Haddad, esteja na empreitada de elevar a arrecadação do governo para zerar o déficit das contas públicas, os ministros da Gestão e da Casa Civil, Rui Costa, descartaram que o "Imóveis da Gente" tenha qualquer viés de elevar a entrada de receita nos cofres da União.

Esse potencial já foi o grande foco do ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, que, durante o governo Bolsonaro, chegou a propagar que a venda de imóveis do governo poderia render R$ 1 trilhão ao Tesouro. A agenda de leilão desses ativos, no entanto, caminhou longe desse alvo. A própria ministra da Gestão relembrou nesta segunda de casos em que ofertas acabaram frustradas, sem interesse do setor privado. Ela ainda pontuou que o valor levantado pelo ex-ministro envolvia desde prédios da Esplanada a terrenos de Marinha, sendo, por isso, superestimado no potencial de arrecadação. "Simplesmente alienar o patrimônio era um certo mantra do governo anterior, sem nenhuma preocupação de melhorar e valorizar o patrimônio brasileiro", disse Esther Dweck.

O governo Lula acredita que terá sucesso com o novo desenho porque o foco não está mais na alienação simples dos imóveis - apesar de não descartar essa modalidade em áreas muito valorizadas. No "Imóveis da Gente", a ideia é usar quatro instrumentos de destinação patrimonial. O primeiro, de cessões, que podem ser gratuitas, onerosas ou feitas em condições especiais, que vinculem o tipo de uso do imóvel. Doação com encargos é outro instrumento previsto, que deve ser utilizado principalmente para unidades habitacionais, regularização fundiária e empreendimentos sociais, como escolas, UPAS e UBS. A entrega de ativos para Estados e municípios é uma terceira opção, na qual o ente subnacional passa a ser responsável pela manutenção do imóvel, o que desonera o governo federal desse custo. Por fim, está a alienação (venda) com permuta.

Nesse caso, o governo poderá fazer o leilão de venda de imóvel, cujo pagamento pelo ativo será feito pela iniciativa privada via oferta de outros serviços, como a construção de obras de habitação ou de empreendimentos sociais. Dessa forma, a compensação ao governo não entraria pelo caixa da União.

Para a ministra da Gestão, a lógica da gestão anterior, de simples alienação, não promovia a valorização do ativo público. "A nossa lógica de alienação será prioritariamente de alienação por construção, não pelo dinheiro, mas trocar patrimônio por patrimônio", disse Dweck, endossada por Rui Costa, da Casa Civil, para quem alguns episódios de venda se deram com preços "questionáveis" durante o governo passado.

O plano, de acordo com Costa, é chamar a iniciativa privada a apresentar ideias e projetos. Por exemplo, no caso de grandes empreendimentos, com áreas de múltiplos usos, o governo quer receber proposta de Manifestação de Interesse (PMI). Uma vez que a União planeja recepcionar planos do setor privado, de Estados e também de municípios sobre o que fazer com os ativos, o foco do Ministério da Gestão também está em atualizar o catálogo de patrimônio da União.

"Estamos fortalecendo a área de transformação digital para ter um catálogo correto. Em algumas áreas, a melhor destinação não é necessariamente para habitação, para empreendimento social. Pode estar em local extremamente valorizado, com valor de mercado gigantesco. Assim chamamos o setor privado para participar", disse Dweck, citando o uso do leilão com permuta ou a possibilidade de destinar imóveis para casos de aluguel social. Atualmente, mais de 500 imóveis da União estão em estudo para possível destinação (entre as quatro modalidades), distribuídos em cerca de 200 municípios.

SÃO SEBASTIÃO

Bolsonaro vai depor em caso de 'importunação' de baleia

RAFAELA FERREIRA/AE

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vai depor na Polícia Federal (PF) hoje, no inquérito sobre suposto crime de "importunação intencional" de uma baleia-jubarte em São Sebastião, litoral norte de São Paulo. Bolsonaro será ouvido na superintendência da PF na capital do Estado dois dias depois de ato realizado na Avenida Paulista. O advogado e assessor de comunicação de Bolsonaro, Fabio Wajngarten, também será ouvido pela PF.

O depoimento estava marcado para ocorrer no dia 7 deste mês, porém, foi adiado. O caso sob investigação da Polícia Federal ocorreu em junho de 2023 em São Sebastião. O inquérito foi aberto com base em vídeo que mostra um homem pilotando um jet ski e se aproximando da baleia com o motor ligado, chegando a até cerca de 15 metros do animal. A PF investiga o possível cometimento de crimes previstos em lei que proíbe a pesca ou "molestamento intencional" de baleias.

Em novembro, o Ministério Público Federal também passou a acompanhar o inquérito. A suspeita da Procuradoria é de que Bolsonaro seria o condutor do veículo aquático que se aproximou do mamífero. O ingresso do órgão na investigação se deu a pedido do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que também investiga o caso, e é desdobramento de uma apuração preliminar do MPF sobre o episódio.

FAKE NEWS

Moraes volta a defender a regulação das redes sociais

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes voltou a defender, ontem, a regulamentação das redes sociais. O ministro participou da aula de recepção aos calouros da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Na palestra, Alexandre de Moraes afirmou que milicias digitais atuam para desacreditar o Judiciário e as eleições.

"Não podemos cair nesse discurso fácil de que regulamentar as redes sociais é ser contra a liberdade de expressão. Isso é um discurso mentiroso e que pretende propagar e continuar propagando discurso de ódio. O que não pode no mundo real, não pode no mundo virtual", afirmou.

Moraes também acrescentou que as redes sociais são "terra sem lei". "Não podemos nos enganar. Não podemos baixar a guarda. Não podemos dar uma de Bambam contra Popó, que durou 36 segundos. Temos que ficar alertas e fortalecer a democracia e as instituições. Regulamentar o que precisa ser regulamentado", completou.

Moraes é relator do inquérito que apura a atuação de milicias digitais durante o governo de Jair Bolsonaro e das principais investigações contra o ex-presidente, como o caso das joias sauditas, suposta fraude de cartões de vacina e os processos sobre a suposta tentativa de golpe de Estado.

STF

1º voto de Dino é sobre repercussão geral na uberização

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino proferiu ontem o primeiro voto na Corte após a posse no cargo, ocorrida na semana passada. Em sua primeira manifestação no STF, Dino se manifestou a favor da unificação nacional do entendimento sobre o vínculo de emprego entre motoristas de aplicativo e a plataforma Uber.

Com o voto de Dino, o Supremo tem placar de 2 votos a 0 a favor do reconhecimento da chamada repercussão geral, mecanismo que obriga todo o Judiciário a seguir o entendimento do STF após o julgamento de uma causa. O julgamento ocorre no plenário virtual e será encerrado no dia 1° de março.

Após decidir sobre o reconhecimento da repercussão geral, o Supremo vai marcar novo julgamento para decidir definitivamente sobre a validade do vínculo de emprego dos motoristas com os aplicativos.

Atualmente, grande parte das decisões da Justiça do Trabalho reconhecem vínculo empregatício, mas o Supremo possui decisões contrárias.

Em dezembro do ano passado, a Primeira Turma da Corte entendeu que não há vínculo com as plataformas. O mesmo entendimento já foi tomado pelo plenário em decisões válidas para casos concretos.

De acordo com o voto proferido pelo relator da questão, ministro Edson Fachin, é necessária uma decisão definitiva do Supremo sobre a uberização. No posicionamento divulgado na semana passada, cerca de 10 mil ações no país tratam do tema.

CAMPINAS

Exército vai investigar arsenal de coronel

FABIO GRELLET/AE

O Exército abriu processo administrativo para investigar se as armas guardadas no apartamento do coronel da reserva Virgílio Parra Dias, de 69 anos, em Campinas, estão regularizadas. No último sábado, explosões seguidas de um incêndio destruíram parcialmente o apartamento, onde havia 111 armas e pelo menos 3 mil munições, segundo estima a polícia.

Quarenta e quatro pessoas foram retiradas do prédio, e 37 delas precisaram de atendimento médico após inalar fumaça, segundo a secretaria estadual de Segurança Pública. Como a portaria do imóvel foi interditada, pelo menos quatro pessoas precisaram ser resgatadas de seus apartamentos pelos bombeiros por fora do prédio, com o uso de cordas.

O coronel foi visto na frente do prédio enquanto o incêndio era combatido pelos bombeiros, mas foi embora e até a noite desta segunda-feira, 26, não havia prestado depoimento à polícia. A defesa do oficial da reserva não foi localizada pela reportagem.

No início da noite de sábado, uma série de explosões seguidas de incêndio ocorreram no apartamento – que fica no primeiro andar do Edifício Fênix, na Rua Hércules Florence, no bairro Botafogo, em Campinas. O prédio foi evacuado. No apartamento, a polícia encontrou e recolheu 111 armas – 98 delas queimadas -, 25 embalagens contendo pólvora, 39 embalagens com espoletas e 15 carregadores de munição.

Equipe do Grupo de Ações Táticas Especiais, da Polícia Militar, foi acionada devido ao risco de explosão e recolheu duas granadas, que foram detonadas em local adequado.

Todo esse arsenal era guardado no apartamento em um cômodo que fazia divisa com a área comum daquele andar. As explosões e o incêndio afetaram também o elevador, a escada e outras áreas comuns. Nesta segunda-feira, o prédio permanecia sem eletricidade, segundo a Defesa Civil.

O caso está sendo investigado pelo 1º DP de Campinas, que ainda não localizou o dono do apartamento para que preste depoimento.

Segundo o Comando Militar do Sudeste informou em nota, o militar tem registro válido como atirador, caçador e colecionador, o que permite a posse e armazenagem de armas de fogo e munições.

VERÃO: Sol com nuvens de manhã, com chuva à tarde. Noite de tempo aberto. Manhã Tarde Noite 34º 24º 85% 05:48 18:21

CRIME MISTERIOSO

Advogado é morto com vários tiros no Centro próximo à sede da OAB

LEO RODRIGUES/ABRASIL

Um advogado foi morto na tarde de ontem, após ser atingido por mais de 10 tiros disparados por homens encapuzados na Avenida Marechal Câmara, no centro do Rio de Janeiro. A vítima foi identificada como Rodrigo Marinho Crespo. Ele estava em frente ao escritório Marinho & Lima Advogados, do qual era um dos sócios.

O crime ocorreu a poucos metros da sede da seccional fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), também na Avenida Marechal Câmara. Na mesma via, funcionam ainda o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e a Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Os autores do crime fugiram.

Imagens captadas por câmeras de segurança, que foram divulgadas nas redes sociais, flagraram o momento em que os disparos se iniciam e diversos pedestres correm para se proteger. A Polícia Civil abriu investigação.

Conforme indica o site do escritório, Rodrigo Marinho Crespo tinha ampla experiência em direito civil empresarial com ênfase em contratos e em direito processual civil.

Em nota, a OAB-RJ informou que o presidente da entidade, Luciano Bandeira, acompanha o desenvolvimento do caso e está em contato com a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro (Seseg). "Consternada, a seccional expressa as mais profundas condolências aos familiares e amigos do colega e pede celeridade na apuração deste crime bárbaro", acrescenta o texto.

VIAGEM

No Caribe, Lula deve abordar crise entre Guiana e Venezuela

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reunirá com o chefe de governo da Guiana, Irfaan Ali, na próxima quinta-feira, em Georgetown, capital do país vizinho, para debater a agenda bilateral. A viagem de Lula tem como principal compromisso a participação, como convidado especial, no encerramento da 46ª Cúpula de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (Caricom), mas o encontro do anfitrião com o presidente brasileiro está confirmado. Um dos assuntos que eles deverão discutir é a crise entre Guiana e Venezuela pelo território de Essequibo, disputado pelos dois países.

"Temos boas relações com a Venezuela, boas relações com a Guiana. O presidente Lula está indo porque foi convidado para se reaproximar da Caricom. Agora, ele estando lá, não vai perder a oportunidade de se reunir com o presidente Ali e apresentar uma agenda bilateral. Talvez ele felicite o presidente Ali por ter aceitado sentar-se com a Venezuela para tentar resolver a crise", comentou a embaixadora Gisela Padovan, secretária de América Latina do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em entrevista na última sexta-feira para tratar da viagem.

Questionada por jornalistas sobre o papel do Brasil na mediação da crise, Padovan enfatizou a neutralidade do governo na questão e a busca por uma solução negociada. "O Brasil não se manifesta a respeito do cerne da questão entre Guiana e Venezuela, porque não nos compete. O que nos compete é facilitar o diálogo, a nossa posição se baseia em defender que o problema e a solução são uma questão bilateral, de respeito aos tratados internacionais, que é base da nossa Constituição", argumentou.

Em dezembro de 2023, os presidentes da Venezuela, Nicolás Maduro, e da Guiana, Irfaan Ali, assinaram declaração conjunta em que os dois países se comprometem a não usar a força um contra o outro na disputa pelo território. O documento foi assinado durante reunião na ilha caribenha de São Vicente e Granadinas, mediada pelo primeiro-ministro Ralph Gonsalves, com quem Lula também deve se encontrar, na próxima sexta-feira, dia 1º de março, no próprio país insular, onde o presidente brasileiro participará da abertura da 8ª cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), que será realizada em Kingstown, a capital. A viagem ocorre na sequência da visita à Guiana.

Em janeiro deste ano, em Brasília, foi realizada a segunda rodada de diálogo sob mediação do governo brasileiro, por meio do chanceler Mauro Vieira, e dos governos de São Vicente e Granadinas – país que está na presidência temporária da Celac, e de Dominica, nação que preside temporariamente a Caricom. Desde a eclosão da crise, os três países têm atuado como principais interlocutores na busca de uma solução pacífica.

"Por enquanto, a gente não resolveu o problema, não é um problema simples, mas conseguimos que os países se sentassem e começassem um diálogo, que não é curto, não é simples, mas começou", observou a embaixadora Gisela Padovan.

No fim do ano passado, a Venezuela realizou consulta popular que aprovou a incorporação de Essequibo, região disputada pelos dois países há mais de um século, que perfaz quase 75% do território da Guiana. O governo venezuelano também autorizou a exploração de recursos naturais na região e nomeou um governador militar para área. Foi o estopim para que as tensões entre os dois países aumentassem desde então.

O governo brasileiro chegou a reforçar a presença de tropas militares em Roraima, que faz fronteira com os dois países, e defendeu a resolução da controvérsia entre as duas nações por meio de um diálogo mediado. O Brasil é o único país que faz fronteira simultânea com Guiana e Venezuela, e um eventual conflito militar poderia ameaçar parte do território brasileiro em Roraima.

ISP

Mortes violentas caem 15%; total de vítimas é o menor desde 1991

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

Em janeiro, o índice de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro caiu 15% em relação ao mesmo mês de 2023. O indicador, que engloba homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, roubo seguido de morte e morte por intervenção de agentes do Estado, apresentou o menor número de vítimas desde 1991, quando iniciou a série do Instituto de Segurança Pública (ISP).

"É importante destacar que as mortes por intervenção de agente do Estado caíram 45% no mesmo período - foi o menor número de mortes desde 2016. Os homicídios dolosos também registraram queda - 3% -, o menor número de vítimas desde 1991", diz o ISP.

Os crimes contra o patrimônio, como roubos de carga e de rua, também sofreram declínios em janeiro. Os roubos de carga caíram 34%. Foram 205 casos, 107 roubos a menos quando comparados com janeiro de 2023. Este foi o menor número de ocorrências desde 1999. Ainda em janeiro, os roubos de rua (roubo de aparelho celular, roubo a transeunte e roubo em coletivo) apresentaram recuo, registrando o menor número de casos desde 2005.

ARMAS RECOLHIDAS

Por dia, foram retiradas 15 armas de fogo das mãos de criminosos - dois fuzis a cada 24 horas. Além disso, as polícias Civil e Militar prenderam 3.430 pessoas em flagrante em janeiro e registraram, no mesmo período, 1.916 apreensões de drogas.

"Quando analisamos que crimes com a letalidade violenta e roubos de carga estão acusando quedas consecutivas, mês após mês, concluímos que nossas forças de segurança estão fazendo um ótimo trabalho. Esses resultados são frutos da integração entre as polícias Civil e Militar e a Secretaria de Segurança Pública", disse a diretora-presidente do ISP, Marcela Ortiz.

ONU

Irã reduz estoque de armas nucleares pela 1ª vez desde 2021

O Irã reduziu seu estoque de material nuclear próximo ao grau de armamento nos últimos três meses e meio, informou o órgão de vigilância atômica da Organização das Nações Unidas (ONU) ontem.

Em seu relatório trimestral confidencial, enviado nesta segunda aos Estados membros, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) disse que o Irã reduziu seu estoque de urânio enriquecido a 60% em 6,8 quilos, para 121,5 quilos, desde o final de outubro.

O Irã ainda tem material de grau próximo ao de armas suficiente para abastecer quase três armas nucleares, destacando seu status como um estado limiar de armas nucleares, afirma o órgão.

No entanto, ao diluir parte de seu urânio enriquecido a 60% nas últimas semanas em material de grau inferior, seu estoque caiu pela primeira vez desde que começou a produzir o combustível nuclear de 60% em 2021.

A decisão iraniana de reduzir seu estoque de combustível nuclear ocorre no momento em que milícias apoiadas pelo Irã estão envolvidas em confrontos com Israel e os EUA em todo o Oriente Médio.

Também ocorre no momento em que Washington e seus parceiros europeus estão em dúvida sobre como responder ao programa nuclear em expansão do Irã.

FIM DOS OBSTÁCULOS

Parlamento de Hungria finalmente ratificaa candidatura da Suécia à Otan

O Parlamento da Hungria votou ontem, para ratificar a proposta de adesão da Suécia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), depois de 18 meses de atrasos A ratificação foi aprovada com 188 votos a favor e seis contra, resultado de meses de disputa entre os aliados para convencer o governo nacionalista da Hungria a suspender seu bloqueio à adesão da Suécia.

O governo do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán apresentou os protocolos para aprovar a entrada da Suécia na Otan em julho de 2022, mas o assunto ficou parado no parlamento devido à oposição dos legisladores do partido governista.

É necessário o apoio unânime dos membros da Otan para admitir novos países, e a Hungria é o último dos 31 membros da aliança a dar seu apoio, após a Turquia ratificar o pedido no mês passado.

AÇO BRASIL

Produção de aço no Estado do Rio, em janeiro, cresceu 7,8%

O Estado do Rio produziu 762 mil toneladas de aço em janeiro, o que significa um crescimento de 7,8% em relação a janeiro do ano passado, e a 27,9% da produção total do país. Os dados são do Instituto Aço Brasil, entidade representativa das empresas brasileiras produtoras de aço. No acumulado do ano passado, de janeiro a dezembro de 2023, a produção de aço bruto no Rio de Janeiro foi de 8,6 milhões de toneladas.

" A indústria siderúrgica tem expressiva relevância no crescimento econômico do Estado do Rio e do país. É grande fornecedora de insumos para diversos setores da indústria de transformação, bem como para a construção civil, que está aquecida no Rio de Janeiro, e é responsável pela geração de milhares de empregos para a população. Esse cenário tem reflexos extremamente positivos na economia fluminense, que vive hoje um momento de franca expansão", declarou o governador Cláudio Castro.

De acordo com o Instituto Aço Brasil, em janeiro de 2024 a produção brasileira de aço bruto foi de 2,7 milhões de toneladas, um aumento de 0,4% frente ao apurado no mesmo mês de 2023.

"Hoje somos o segundo maior produtor de aço do país, atrás apenas de Minas Gerais. Durante vários meses no ano passado, ocupamos a liderança da produção nacional, por conta do importante parque siderúrgico instalado no estado, formado por grandes empresas como ArcelorMittal, Ternium, CSN e Gerdau", destaca o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Vinicius Farah.

GUERRA NO ORIENTE

Premier palestino Mohammad Shtayyeh renuncia ao cargo

O primeiro-ministro palestino, Mohammad Shtayyeh, renunciou ao cargo ontem. Segundo a *Al Jazeera*, a renúncia ocorre devido à escalada da violência no território ocupado, em meio à guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza.

Shtayyeh faz parte da Autoridade Palestina (AP), que foi criada após os Acordos de Oslo entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). A AP controla partes da Cisjordânia, mas não tem controle sobre a Faixa de Gaza, que está sob administração do grupo terrorista Hamas.

"Vejo que a próxima fase e os seus desafios exigem novos arranjos governamentais e políticos que levem em conta a nova realidade em Gaza e a necessidade de um consenso palestino-palestino baseado na unidade palestina e na extensão da unidade de autoridade sobre a terra da Palestina", afirmou Shtayyeh, de acordo com a *Al Jazeera*.

O presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, ainda deverá decidir se aceita o pedido de demissão de Shtayyeh e seu governo, diz a *Associated Press*.

EUA

Militar ateia fogo no corpo perto da embaixada de Israel

Um membro da Força Aérea dos Estados Unidos ateou fogo no próprio corpo em frente à Embaixada de Israel em Washington no domingo passada, em um protesto contra a guerra em Gaza transmitido ao vivo em uma rede social. Ele foi levado a um hospital com ferimentos graves e está em estado crítico, de acordo com autoridades.

O homem, cujo nome não foi divulgado, caminhou até a embaixada pouco antes das 13h, usando farda militar, e começou a transmitir ao vivo na plataforma de streaming de vídeo Twitch. Em dado momento do vídeo, ele disse que "não será mais cúmplice do genocídio", antes de jogar um líquido no corpo. Em seguida, ele ateou fogo ao corpo, enquanto gritava "Palestina Livre!", antes de cair no chão.

Os bombeiros, que chegaram quando agentes do Serviço Secreto já havia apagado o fogo, informaram que o homem foi levado para o hospital com "ferimentos graves e potencialmente fatais". Enquanto o homem estava sendo encaminhado, uma equipe de inspeção de explosivos foi mobilizada para examinar um carro suspeito, que acabou não representando nenhuma ameaça.